Os códigos coloniais na prática atual de crimes financeiros

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um código de 1871 ainda em vigor

O Penal Code (o código penal) promulgado pelo legislativo colonial em 1871 continua em vigor em Singapura sob o título Penal Code 1871, embora tenha sido alterado muitas vezes.[1] Seus tipos de estelionato (cheating), apropriação indébita (criminal breach of trust), falsificação e adulteração de registros contábeis formam a espinha dorsal do direito penal aplicado à fraude nos setores financeiro e comercial de Singapura. Quem defende ou acusa num caso de fraude em Singapura trabalha, portanto, com dispositivos cuja estrutura remonta ao projeto de Macaulay para a Índia britânica e ao programa legislativo da colônia da Coroa.

A continuidade tem consequências práticas. Os crimes de fraude de Singapura são definidos pelos elementos fixados no código, e décadas de jurisprudência em Singapura, na Malásia e na Índia interpretam esses elementos. Conceitos como "dishonestly" e "fraudulently", que o código define em termos próprios, diferem em detalhes do direito inglês da fraude. Advogados formados na Inglaterra precisam, por isso, adaptar-se ao código quando trabalham em casos de Singapura, e as decisões da Índia e da Malásia continuam relevantes como precedentes persuasivos.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O caso Hin Leong como ilustração

O processo contra o fundador da Hin Leong Trading, cujo colapso em 2020 a Parte H examina, ilustra a aplicação do código a uma fraude moderna de trade finance. Em 18 de novembro de 2024, ele foi condenado a dezessete anos e meio de prisão por dois crimes de estelionato nos termos da seção 420 do Penal Code e um crime de instigação à falsificação nos termos da seção 468 combinada com a seção 109. Por meio de funcionários da empresa, ele havia declarado ao HSBC que a Hin Leong celebrara dois contratos de venda de petróleo, apoiados em documentos forjados, e obtivera o desconto dos recebíveis, pelo qual o HSBC desembolsou US$ 111.683.939.[2] Em grau de recurso, a High Court reduziu a pena para treze anos e meio em março de 2026, levando em conta seus esforços de reparação e sua idade.[3]

O caso mostra como um dispositivo redigido na década de 1830 para a Índia e promulgado para os Straits Settlements em 1871 serve, no século XXI, para punir o desconto fraudulento de recebíveis de petróleo. A tecnologia do trade finance mudou a ponto de se tornar irreconhecível. O ilícito subjacente – obter dinheiro de um financiador mediante declarações falsas apoiadas em documentos forjados – continua o mesmo, e as definições gerais do código mostraram-se flexíveis o bastante para abrangê-lo.

Checklist para profissionais

- Identificar cedo, em qualquer caso de fraude ou desvio, os tipos do Penal Code aplicáveis, em especial estelionato (cheating), apropriação indébita (criminal breach of trust), falsificação e adulteração de registros contábeis.
- Analisar as definições próprias do código para “dishonestly” e “fraudulently”, sem presumir que os conceitos ingleses de fraude se aplicam sem alterações.
- Consultar decisões de Singapura, da Malásia e da Índia sobre os mesmos dispositivos, já que as três jurisdições herdaram o modelo indiano.
- Verificar o Evidence Act, que descende da Ordinance de 1893, quanto à admissibilidade de documentos e registros eletrônicos em litígios de trade finance.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Distinguir o direito penal codificado da common law não codificada dos contratos e dos trusts, que rege as pretensões civis de financiadores e investidores sobre os mesmos fatos.

Notas

1. Singapore Statutes Online, "Penal Code 1871" (acesso em outubro de 2026); Wikipedia, "Penal Code (Singapore)" (acesso em outubro de 2026): o código existe como Penal Code 1871 (2020 Revised Edition) e foi modernizado pelo Criminal Law Reform Act 2019. ↩
2. Singapore Police Force, "Founder of Hin Leong Trading sentenced and jailed for cheating and instigating forgery", 18 de novembro de 2024: dois crimes de cheating nos termos da seção 420 e um crime de instigação à falsificação nos termos da seção 468 combinada com a seção 109 do Penal Code; pena de 17,5 anos; o HSBC desembolsou US$ 111.683.939. ↩
3. Malay Mail, "Singapore's Hin Leong founder OK Lim has jail term cut to 13½ years after High Court appeal", 4 de março de 2026: a High Court (Hoo Sheau Peng J) reduziu a pena de 17½ para 13½ anos, invocando os esforços de reparação e a idade do recorrente, de 84 anos. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.